

A INSERÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS E UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS COMO PROMOÇÃO DE AUTONOMIA DISCENTE NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Paulo Henrique Barbosa Silva

barbosaph80@gmail.com¹

Resumo

O projeto interdisciplinar Terra de Luzia tem como principal eixo difundir uma educação política nos 9º anos do Ensino Fundamental II por meio de um trabalho conjunto das disciplinas de Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, que visa a acompanhar a fundação de partidos políticos e simulação de eleição entre os estudantes. Os objetivos se alicerçam em identificar como são criados os partidos políticos, utilizar as tecnologias digitais da informação e comunicação para propagar o conhecimento acerca da política, além de levar os estudantes a conhecerem o processo político local. Quanto aos procedimentos metodológicos, amparam-se em pesquisas bibliográficas, na pesquisa participante e na aplicação de metodologias ativas para que os alunos se tornem protagonistas do processo de conhecimento. Para realização do projeto foram propostas atividades investigativas e em equipes no espaço escolar, palestras na Câmara Municipal da cidade de Matozinhos e criação de vídeos pelos discentes com o intuito de descrever como são formados os partidos políticos e suas respectivas funções. Os resultados inferidos se baseiam na construção dos portfólios, criação do vídeo informativo e discussões entre professor e alunos. Ademais, o projeto procura vislumbrar que é possível adotar uma Educação Política na Educação Básica, proporcionando parcerias entre a escola e o poder legislativo e indicando que o protagonismo e a autonomia são peças-chave para um engajamento político.

Palavras-chave: educação política, metodologias ativas, tecnologias digitais da informação e comunicação.

Introdução

A crise política que envolve o país tem condicionado o cidadão brasileiro a se posicionar e defender suas ideologias políticas - direita e esquerda - ideologias estas que ao invés de unir os indivíduos, têm causado tensões e distanciamentos. No espaço escolar, principalmente no nível de escolaridade do Ensino Médio, percebe-se que tais comportamentos entre os



adolescentes é bastante recorrente, mas com um agravante, a maioria destes têm absorvido informações acerca de fatos políticos por meio das mídias sociais como *Facebook*, informações veiculadas por formadores de opiniões atualmente conhecidos como *youtubers* e também nota-se a disseminação das pós-verdades mais conhecidas como *fake News*.

Partindo dos princípios citados acima é natural questionar o papel das instituições escolares no que tange aos (des)caminhos da política e a participação dos estudantes nos debates das políticas públicas que regem o seu espaço local e o global. Para tal, é notório reavaliar as relações que se dão no processo de construção de escolarização e os principais embates que se sucedem entre educação, política e o currículo.

No campo do currículo, a definição de objetivos, conteúdos e aprendizagens necessárias no processo de escolarização faz parte de um processo onde surgem conflitos e lutas ideológicas sobre qual escola se deseja para determinada sociedade e sobre o que a escola deve ou não ensinar. (SOUSA et al. p. 5, 2017)

Por causa dos embates que envolvem a temática política tanto no discurso presencial como no virtual, principalmente no âmbito escolar, o projeto interdisciplinar “Terra de Luzia: conhecendo a política”, tem papel precípuo de difundir uma Educação Política por meio da inserção das metodologias ativas e usos das tdics (tecnologias digitais da informação e comunicação) nas aulas de Geografia afim de analisar como os adolescentes dos 9º anos do Ensino Fundamental II, da E.E. Bento Gonçalves podem tirar proveito da pesquisa, trabalhos socializados, da mediação pedagógica e dos usos das tecnologias para tornarem-se indivíduos autônomos e protagonistas de seu processo de ensino-aprendizagem.

A intenção de desenvolver o projeto interdisciplinar se deu pelas observações realizadas pelo docente da disciplina de Geografia feitas em sala de aula sobre os conhecimentos dos estudantes dos 9º anos acerca de temas relacionados à política nacional, principalmente àquelas que dizem respeito a representatividade, diversidade, participação política e se os mesmos possuem noção de como funciona o poder legislativo local. Nessas elucubrações, percebeu-se que os discursos proferidos pela maioria dos estudantes estavam embasados em conteúdos de opiniões compartilhados em mídias sociais, como o *Facebook* e em discursos proferidos nos canais de diversos *youtubers*, os quais dão opinião em quaisquer temas e vale observar que muitos desses indivíduos têm uma visão radical, conservadora, pouco aprofundada sobre algumas pautas e em certas circunstâncias desrespeitosas e preconceituosas, por fim, grande

parte desconhecia a função social dos partidos políticos e dos parlamentares locais (vereadores). Devido a essa falta de conhecimento dos estudantes sobre a importância do debate político e como as instituições políticas funcionam e a forte propagação de notícias falsas nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, as áreas das Ciências Humanas e suas Tecnologias, principalmente a Geografia tem papel preponderante na investigação e análise dos fenômenos que ocorrem no espaço que vivem e se relacionam os discentes, difundindo assim o raciocínio geográfico e uma incipiente Educação Política na escola. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, Brasil (2018) “em suma, a área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais”.

A importância em desenvolver o projeto também ocorreu por desmistificar que os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental não tem a capacidade de desenvolver autonomia no que tange às questões participativas e políticas e também de se discutir temas plurais e polêmicos, uma vez que a sala de aula de aula é composta por uma heterogeneidade de sujeitos.

Como forma de tornar o projeto “Terra de Luzia: conhecendo a política” mais cativante e motivador para os estudantes dos 9º anos, optou-se pelos preceitos da *web 2.0*, onde os alunos sob a mediação pedagógica do professor terão de produzir um roteiro sobre como são criados os partidos políticos, criar um vídeo educacional sobre o tema e compartilhá-lo em um canal no próprio *YouTube*.

As tdcis são vitais para o protagonismo dos estudantes neste projeto, pois para torná-lo produtivo e estimulante é necessário fazer uso de outras estratégias e metodologias, como por exemplo, menos aulas expositivas e mais metodologias ativas e trabalhos socializados que tenham o aluno como peça-chave na construção do conhecimento. Por se tratarem de nativos digitais, estes possuem grande destreza em manusear as tecnologias para a pesquisa e produção de conteúdos. Neste caso o canal *YouTube* torna-se imprescindível, para que o trabalho ganhe destaque e possa auxiliar outros estudantes a obter mais esclarecimentos sobre o debate político.



Os conhecimentos geográficos são de suma importância no cotidiano dos estudantes, pois de acordo com Cavalcanti (1998) estes trazem em seu bojo “as bases e meios de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade sob o ponto de vista da espacialidade, ou seja, de compreensão do espaço nas práticas sociais e destas na configuração do espaço”.

Os principais objetivos do conhecimento geográfico nesse projeto são: identificar como são constituídos os partidos políticos, descrever a função dos vereadores e o funcionamento da Câmara Municipal na espacialidade matozinhense. Os alunos compreendendo como ocorrem esses processos poderão criar o produto do projeto que é a realização do vídeo educativo e simular em sala de aula a criação de partidos políticos fictícios e conseqüentemente um processo eleitoral em cada turma de nono ano.

Desenvolvimento

O público-alvo do projeto interdisciplinar “Terra de Luzia: conhecendo a política”, são os alunos dos 9º anos do Ensino Fundamental II, do turno vespertino, totalizando 120 estudantes divididos em quatro turmas. A maioria dos estudantes pertence ao gênero feminino, sendo 80 meninas e 40 meninos. A faixa etária situa-se entre 14 e 15 anos de idade e no que compete a composição étnica, o grupo é bem heterogêneo sendo formado por alunos pardos, brancos e negros.

Para que o trabalho cumpra sua função social e educativa, este possui um caráter interdisciplinar com a atuação dos docentes das disciplinas de Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, uma vez que a abordagem política encontra-se alinhada com os ditames da Base Nacional Comum Curricular, Parâmetros Curriculares Nacionais e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos:

Se a educação política é necessária para a cidadania plena, os estudantes e a comunidade escolar – e não apenas os profissionais de ensino – podem e devem ser envolvidos na discussão, experimentação e aprimoramento das práticas pedagógicas que a viabilizem. (SOUSA, 2017, p. 21)

Para a consecução desse projeto procurou-se firmar uma parceria com a Câmara Municipal do município de Matozinhos, Minas Gerais, para a efetivação de uma educação não formal com o intuito de colocar os estudantes frente a frente de como são debatidos temas pertinentes à cidade e como são realizadas as reuniões parlamentares. Segundo Cervi (2005, p.

29) “o sistema não formal é um conjunto de instituições e meios de formação, intencionais e com objetivos definidos, que não fazem parte do sistema formal”.

Com o intuito de promover uma Educação Política no âmbito escolar, os professores ministraram em suas aulas questões pertinentes sobre democracia, políticas públicas, entre outros temas que abordassem claramente a diversidade populacional refletida na sala de aula. A docente de Língua Portuguesa tratou da temática “Escola sem Partido”, por meio de gêneros textuais e rodas de conversa com os discentes. Em Matemática foi trabalhado porcentagem e análise dados de eleições anteriores a 2018 e elaboração de gráficos sobre o número de eleitores por gênero, etnia e idade por regiões do Brasil. A professora de História solicitou um trabalho escrito onde os alunos deveriam investigar os principais governos ditatoriais do século XX.

Em Geografia, o professor solicitou aos alunos para investigarem nas fontes digitais, como são formados os partidos políticos, analisarem os estatutos e programas de governo de algumas legendas partidárias e assistir a vídeos de debates entre candidatos. Após essas pesquisas, as turmas deveriam se dividir em equipes criar seus partidos, elaborar *portfólios* que abordassem a criação do programa eleitoral das chapas políticas concorrentes e simular um processo eleitoral em cada sala. Além de terem realizado o processo de criação dos partidos, programa partidário, debates, votação dos candidatos, uma equipe de estudantes ficaria responsável pela criação do roteiro e criação do vídeo educacional sobre a importância dos partidos políticos.

O projeto interdisciplinar “Terra de Luzia: conhecendo a política” tem como um dos princípios basilares a introdução das metodologias ativas na prática educativa, as quais segundo Valente, Almeida e Geraldini (2017) “a maior parte da literatura brasileira trata as metodologias ativas como estratégias pedagógicas que colocam o foco do processo de ensino e aprendizagem no aprendiz”. Depreende-se então que o intuito é tornar o espaço educacional propício para um conhecimento focado nas descobertas e socialização dos estudantes e reforçar o protagonismo dos mesmos.

Na disciplina de Geografia o intuito é levar os discentes a conhecerem alguns meandros da política, principalmente discussões que envolvam o que são as ideologias de direita e esquerda e por que tal polarização causa tantos desentendimentos entre os indivíduos, conhecer



o sistema político nacional e local e a função dos partidos políticos. Após pesquisas realizadas e discussões com os estudantes, o desafio proposto seria de conduzi-los a refletirem sobre os rumos da política brasileira e leva-los a conhecer a política local, no caso os sujeitos da Câmara Municipal de Matozinhos.

Para tal empreitada o docente de Geografia propôs a simulação de uma eleição para prefeito e vice-prefeito em cada uma das quatro turmas dos 9º anos, mas para que isso ocorresse seria necessário certo conhecimento dos estudantes acerca da forma de governo instituído no país, a constituição dos três poderes, os que são os partidos políticos etc. Concluída tais pesquisas e discussões foi solicitado aos alunos que criassem partidos políticos hipotéticos e que realizassem pesquisas online no *site* <http://www.politize.com.br>, o qual explica de forma sucinta e objetiva como são criadas as legendas políticas no país. Realizadas as pesquisas iniciais, os grupos criaram partidos políticos fictícios seguindo as regras vigentes estabelecidas pela Lei nº 9.096/95, conhecida como lei dos partidos políticos que regulamenta a elegibilidade, filiação partidária e a liberdade de criação dos partidos políticos.

Esta etapa foi realizada de forma fictícia no que tange às sete fases de criação dos partidos políticos como: reunião de fundadores e elaboração do estatuto, registro em cartório, notificação ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e tribunais regionais, coleta de assinaturas de apoio, constituição dos órgãos municipais e regionais, registro dos órgãos nos tribunais regionais e registro do estatuto e do órgão de direção nacional no Tribunal Superior Eleitoral e todo processo ocorreu sob a mediação pedagógica do professor.

Para a realização dessa etapa, o professor solicitou a criação de registros das sete fases de criação das legendas partidárias em um *portfólio* que comprove o engajamento coletivo de pesquisa. Nesse ínterim, foi proposto a um grupo de alunos que produzisse um vídeo de forma didática e com uma linguagem apropriada para estudantes do ensino Fundamental II que explicasse de forma dinâmica como são constituídos os partidos políticos no Brasil.

Os alunos tiveram total liberdade para desenvolver um roteiro que atendesse as demandas da faixa etária dessa modalidade de ensino, além disso, os mesmos realizaram as filmagens para ser postada e compartilhada no canal *YouTube* que batizaram de “Tráfego de Ideias” (<https://www.youtube.com/watch?v=kH98jZb41tE>). A finalidade desse canal é de

divulgar as produções feitas pelos estudantes e compartilhá-las com quaisquer indivíduos que tenham vontade aprofundar seus conhecimentos sobre os aspectos políticos.

Partindo dessas análises, quanto aos procedimentos metodológicos o projeto se sustenta em pesquisas de cunho bibliográfico e de campo (pesquisa participante), onde a primeira compreende referências escritas e eletrônicas e a segunda com o envolvimento e identificação dos pesquisadores com os fenômenos escolhidos para o estudo da pesquisa (FONSECA, 2002).

A técnica utilizada com as turmas para a confecção dos *portfólios* seguiu os ditames das técnicas de ensino socializadas e as metodologias ativas. As técnicas de ensino socializado definem-se pelo:

“objetivo de promover a discussão, a reflexão, o hábito de ouvir opiniões divergentes e argumentar. Além disso, ensinar a conviver com diferentes pontos de vista, por vezes antagônicos e inconciliáveis, mas que precisam ser respeitados. E outro, fundamental, seria propiciar o aprofundamento do saber” (ZAGURY, 2009, p. 195).

E como metodologia mais eficaz adotou-se o método ativo, que permite através da problematização de uma questão tornar o ensino-aprendizagem mais dinâmico e instigante para os/as alunos. Uma vez exposto um problema, eles terão que pesquisar, analisar, discutir, comparar e refletir sobre os possíveis fenômenos para se chegar a conclusão de algo.

As metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, como objetivo de alcançar e motivar o estudante. Isso porque, diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. (MITRE et. al, 2008, s/p)

O projeto “Terra de Luzia: conhecendo a política” teve duração de aproximadamente três meses (maio a agosto de 2018) e os resultados puderam ser observados nas discussões entre alunos e professor em práticas formais estabelecidas em sala de aula e não formais realizadas em parceria com a Câmara Municipal de Matozinhos.

Um dos primeiros resultados obtidos com o projeto se deu no momento da propaganda política, onde os candidatos a prefeitos e vice-prefeitos tinham que promover suas propostas para os colegas – eleitores – e nos debates com os oponentes. Percebeu-se que a maioria dos estudantes realizou pesquisas sobre temas pertinentes como investimentos em educação, saúde, emprego, segurança, e temáticas bastante discutidas nos meios de comunicação como a



legalização do aborto, políticas antirracistas, diversidade sexual e de gênero, o “Programa Escola sem Partido”, a questão ambiental e redução da maioridade penal. Também foi notado que durante os debates ocorreram defesas eloquentes que possuíam o objetivo de difundir e defender as pautas políticas estabelecidas por cada partido e muitos candidatos apresentaram soluções muito interessantes para alguns problemas vivenciados na sociedade e até para a escola, o que evidencia grande progresso na construção autônoma dos alunos em investigar os fenômenos políticos.

Essas ações problematizadoras e contextualizadas evidenciam determinante autonomia dos estudantes em realizarem suas investigações sobre os aspectos políticos e das políticas públicas voltadas para os cidadãos pelo subsídio da utilização das metodologias ativas e da mediação pedagógica docente. Tais práticas instigam os alunos a exercerem a criatividade, criticidade, o trabalho em equipe e a resolução de conflitos e solução de problemas. Nota-se que quando há um engajamento como esse é cabível dizer que uma incipiente Educação Política desenvolve-se no ambiente escolar:

A oferta da educação política na escola pode oportunizar o conhecimento, a troca de experiências e a reflexão crítica sobre as características e o modo de funcionamento das instituições e do sistema político, além de propiciar o desenvolvimento do senso de justiça, do respeito à diversidade, da tolerância, da solidariedade, competências imprescindíveis para criar relações democráticas efetivas. (SOUSA, 2017, p. 2)

Após os debates, outro momento do projeto a ser elencado como importante é aquele que se refere a eleição dos candidatos, o momento do voto. Para essa fase do projeto foi construída uma urna de papelão e feitas cédulas de votação criadas por um grupo de alunos responsáveis pelo processo eleitoral. Verificou-se que os estudantes entenderam o significado do sufrágio e a importância de escolher de forma responsável os possíveis candidatos, além de realizarem análises interessantes em situações que possam atentar contra o sistema democrático que é o ato de denunciar a compra de votos.

Outro momento importante foi a visita de 63 estudantes à Câmara Municipal para participarem de uma simulação de uma reunião para a aprovação de um projeto na esfera municipal, que contou com a participação de alguns vereadores e da assessoria. Nessa simulação da aprovação de um projeto de lei, treze alunos foram convidados a se passarem pelos parlamentares e pelo presidente da Câmara. Como forma de os estudantes entenderem

como se processa uma sessão de votação de projetos entre os representantes municipais, o assessor da Câmara Municipal foi instruindo-os como devem se portar numa sessão em que o objetivo é aprovar alguma legislação que beneficie a comunidade:

“Por isso é que a participação de crianças e adolescentes deve vir acompanhada da construção de novos espaços participativos, da transformação da relação Estado, sociedade e infância e da construção de uma nova gramática social na família, escola, comunidade e na democracia” (DOURADO, 2013, p. 17).

Na escola foi realizada a metodologia *fishbowl*, momento de discussão sobre as percepções e observações dos alunos sobre a visita à Câmara e o resultado foi surpreendente. Duas observações foram decisivas para o resultado do trabalho as quais mostra o olhar afiado e aguçado dos estudantes no que tange a questão da representatividade e do Estado laico. Sobre a primeira, algumas alunas perceberam que a presença feminina no parlamento inexistia no município de Matozinhos, o que as assustou bastante. Sobre tal fato, Erundina (2008) exemplifica que as mulheres “porém estão fora das instâncias de direção, dos espaços de poder, historicamente, reservados para os homens e quase exclusivamente ocupados por eles.” A segunda se refere aos objetos religiosos encontrados no parlamento. Alguns alunos questionaram os motivos de se realizar uma oração antes da sessão e os diversos crucifixos espalhados no parlamento sendo que a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 19 estabelece que o Estado é laico.

Por fim cabe citar os benefícios do produto realizado neste projeto, ou seja, o vídeo pedagógico produzido pelos alunos que explica como são criados os partidos políticos e a sua importância para a democracia brasileira. Nas discussões os alunos citaram a importância do pluripartidarismo e as instituições eleitorais que fiscalizam as organizações partidárias.

Considerações Finais

Observa-se que o país tem atravessado momentos turbulentos no que diz respeito às instituições políticas e colocado em xeque a ética de muitos parlamentares. A escola se encontra ao lado desse turbilhão, muitos a culpam por não trabalhar efetivamente tais demandas que dizem respeito ao cotidiano político, também é considerável averiguar que há segmentos da sociedade que querem que o espaço educacional mantenha-se neutro no que diz respeito à política.



É pertinente praticar uma educação política nas escolas que não esteja mancomunada com nenhuma doutrinação e nem coligação partidária, mas sim desenvolver parcerias entre a escola, comunidade escolar e organizações que abordem a constituição das organizações institucionais do país, a forma de governo, a divisão e a relação dos poderes, a importância da democracia representativa, a participação da sociedade civil nos debates políticos entre tantos outros tópicos importantes.

Para que a educação política não seja somente lembrada como forma de conscientização para os discentes e seus responsáveis em projetos pontuais na instituição escolar que visam ao momento do voto em si, ou seja, não que isso seja menos importante, mas é urgente que esta questão esteja presente no Projeto Político-Pedagógico da escola. Faz-se necessário que os profissionais da Educação, estudantes e comunidade escolar tenham em mente em fixar essa temática e tantas outras estratégias de sensibilização política no currículo.

Destarte, entende-se que o Projeto interdisciplinar “Terra de Luzia: conhecendo a política” não é um projeto fim e que o mesmo tem o intuito de desenvolver novas estratégias de educação política e sensibilização com os estudantes do Ensino Fundamental II ao longo dos próximos bimestres e o qual pôde demonstrar que os alunos possuem diversificados conhecimentos no tocante a muitos temas que envolvem a sociedade e que grande parte não está alheia aos fatos políticos desencadeados e suas possíveis consequências à população. Fica explícito a autonomia que os alunos tiveram para pesquisar e criar suas pautas políticas, uma vez que a metodologia ativa é um processo educacional bem-vindo para o desenvolvimento de aulas produtivas e críticas e uma ferramenta contra a heteronomia. Demonstra também que os mesmos acham importante utilizar as tdics como forma de difundir para outros alunos os conhecimentos sobre a política nacional e local.

Bibliografia:

DOURADO, Ana (Org.). **A participação de crianças e adolescentes e os planos de Educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 48 p. (Coleção de olho nos planos). Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Participacao_Crianças_Adolescentes.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 5 de outubro de 1988. – 51. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.



_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: A Educação é a Base.** 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 28 de maio 2019.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** 6ª. ed. Campinas: Papyrus, 1998. 192 p. (Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

CERVI, Rejane de Medeiros. **Padrão estrutural do sistema de ensino no Brasil.**- Curitiba: Ibpex, 2005.

ERUNDINA, Luiza. Mulher e política no parlamento. In: SILVA, Carmen; ANDRADE, Paula de. **Mulheres, Participação e Democracia.** Recife: SOS Corpo, 2008. p. 4-165. (Cadernos de Crítica Feminista).

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>

MITRE, S.M.I; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDI-DE MENDONÇA, J.M.; MORAIS-PINTO, N. M.; MEIRELLES, C.A.B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L.M. Al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais.** Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232008000900018&script=sciartext>>. Acesso em 15 de março de 2019.

SOUSA, Adriana Cláudia Teixeira de et al. **Educação Política nas Escolas.** 2017. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/educacao/parlamento_jovem/2017/documentos/texto_base/texto_base_educacao_politica_nas_escolas.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; GERALDINI, Alexandra Fogli Serpa. Metodologias Ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. **Rev. Diálogos Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 52, p.455-478, abr. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Paulo/Downloads/Texto%20-%20VALENTE%20E%20ALMEIDA%20Metodologias%20ativas,%20das%20concep%C3%A7%C3%B5es%20-%20pr%C3%A1ticas.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ZAGURY, Tania. **O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil.** – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.